



NOTA CONCEITUAL

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC E DO GRUPO REGIONAL DE MULHERES PARLAMENTARES (GRMP)

(Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais; Democracia, Governança e Direitos Humanos; Grupo Regional de Mulheres Parlamentares; Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais; Comércio, Indústria, Finanças e Investimento, e Comissão Regional de Supervisão de Leis Modelo Parlamentares)

TEMA DA SESSÃO I:

“A URGÊNCIA DA CONTINUIDADE DE INVESTIMENTOS NA QUESTÃO DO CASAMENTO INFANTIL NO CONTEXTO DA COVID-19 E A FUNÇÃO DA LEI MODELO DA SADC SOBRE O CASAMENTO INFANTIL

TEMA DA SESSÃO II:

O PAPEL DOS PARLAMENTARES NA PROMOÇÃO DO ACESSO A VACINAS, MEDICAMENTOS E DIAGNÓSTICOS DE COVID-19”

15 de ABRIL de 2021

1.0 INTRODUÇÃO

A 15 de Abril de 2021, o Fórum Parlamentar da SADC (FP da SADC) serve de anfitrião a uma Reunião Conjunta das suas Comissões Permanentes e do Grupo Regional de Mulheres Parlamentares (GRMP). A Sessão I tem por tema “**A URGÊNCIA DA CONTINUIDADE DE INVESTIMENTOS NA QUESTÃO DO CASAMENTO INFANTIL NO CONTEXTO DA COVID-19**”, enquanto que a Sessão II tem por foco “**O PAPEL DOS PARLAMENTARES NA PROMOÇÃO DO ACESSO A VACINAS, MEDICAMENTOS E DIAGNÓSTICOS DE COVID-19**”.

2.0 A URGÊNCIA DA CONTINUIDADE DE INVESTIMENTOS NA QUESTÃO DO CASAMENTO INFANTIL NO CONTEXTO DA COVID-19

A primeira parte do programa realiza-se com um trabalho de conjunção do Gabinete da África Oriental e Austral do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA ESARO) e o Gabinete Regional da África Oriental e Austral do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF ESARO) focando a crescente urgência de esforços a serem envidados em investimentos na questão do casamento infantil no contexto da COVID-19, e a contínua importância de que se reveste a função de bem se compreender e utilizar a Lei Modelo da SADC para o reforço de quadros da legislação, política e responsabilização nos países da Região.

Segundo projecções do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), em Abril de 2020, a pandemia da COVID-19 acaba por prejudicar sobremaneira os esforços levados a cabo no sentido de se erradicar o casamento infantil, o que resulta num potencial total de treze (13) milhões de casamentos infantis adicionais a verificarem-se entre 2020 e 2030, casamentos esses que de outra forma poderiam ser evitados. Se bem que este ano tenha havido um apreciável número de escolas a reabrir, não deixa de subsistir o risco para as jovens que não possam regressar às aulas de permanecerem expostas à violência com base no género (VBG), à mutilação genital feminina e à gravidez na adolescência. Além do mais, as mega-tendências de recrudescimento em termos de conflitos, alterações climáticas e aumento no número de casos de pobreza, também acabam por exacerbar dificuldades e emprestar especial relevância ao princípio de ‘Não Deixar Ninguém Para Trás’.

Uma Nota Breve Regional sobre o Casamento Infantil durante a COVID-19, preparada pelo UNFPA e pela UNICEF, relevou as rupturas e abordagens adoptadas pelas duas agências da ONU como medidas de resposta à questão do casamento infantil no contexto de confinamentos e do Programa Global para a Erradicação do Casamento Infantil (GPECM). Este trabalho continua durante o ano de 2021, a par e passo daquele de governos, parceiros de desenvolvimento, da sociedade civil, Comunidades Económicas Regionais (CER) e agências congêneres das Nações Unidas.

Uma das abordagens inovadoras a ter sido adoptada diz respeito à adaptação animada da Lei Modelo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre a Erradicação do Casamento Infantil. Com uma série de vídeos em quatro (4) partes e de revistas aos quadradinhos, o UNFPA, UNICEF, GNB, e o Fórum Parlamentar da SADC utilizaram vozes de jovens advogados, de jovens sobreviventes de casamentos infantis, deputados, profissionais de saúde, líderes religiosos, e de agentes da lei e da ordem para que servissem de campeões do acesso igual no ensino, na saúde e direitos, para jovens do sexo feminino na Região da África Austral. Esta série intitulada “Aguardar antes de Casar” acaba por surgir num ponto crítico do roteiro formulado para a concretização dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 e concretização da Agenda 2063.

3.0 O PAPEL DOS PARLAMENTARES NA PROMOÇÃO DO ACESSO A VACINAS, MEDICAMENTOS E DIAGNÓSTICOS DE COVID-19

A segunda parte do programa é realizada segundo os bons ofícios da conjunção da Aliança SIDA e Direitos para a África Austral (ARASA) e do Programa da África Austral de Promoção do Acesso a Medicamentos e Diagnósticos (SAPAM), com acentuado foco na revisão feita ao grau de progresso verificado em alguns dos Estados Membros da SADC relativamente à revisão e aplicação de leis e políticas nacionais progressivas sobre Propriedade Intelectual (PI)/Patentes. Nesta sessão será avaliado o progresso verificado nesse sentido durante o período de 2012-2020 para se facilitar a legislação sobre a Propriedade Intelectual/Patentes e quadros de regulamentação, e também para se melhorar o acesso a medicamentos farmacêuticos essenciais e a diagnósticos. Em simultâneo far-se-á a actualização quanto ao Derrube de Barreiras na PI: Relatório de enquadramento instantâneo dos Estados Membros da SADC sobre a Criação de Vias de Acesso a Medicamentos acerca do estatuto actual da publicação Flexibilidades TRIPS apresentada ao Fórum Parlamentar da SADC em 2018 pela ARASA e o SAPAM.

Além do mais, a emergente pandemia da COVID-19 será discutida nesta sessão através da objectiva de Flexibilidades TRIPS, assim como serão discutidas as opções à disposição dos Estados Membros para se melhorar o acesso à terapêutica da COVID-19 (diagnósticos e vacinas) e o próprio desempenho do papel dos deputados relativamente a esta questão.

Os Estados Membros (EM) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) reconheceram a importância da Propriedade Intelectual (PI) como importante instrumento político a servir de meio para se acelerar o processo da inovação, do desenvolvimento industrial, da transferência de conhecimentos e integração regional. O aproveitamento de flexibilidades inerentes ao Acordo da OMC sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (PI) Relacionados com Trocas Comerciais (Acordo TRIPS) serve em larga medida para se proteger e promover os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI), ao mesmo tempo que serve

para salvaguardar a saúde pública, promover infra-estruturas e a capacidade de manufacturação locais, a segurança alimentar e a protecção de sistemas do conhecimento indígena, no seio da Região da SADC.

Durante o curso da última década tem sido dado maior impulso por parte dos Estados Membros à potencialização de Flexibilidades TRIPS, como estratégia de promoção do acesso a medicamentos seguros e eficazes de preço mais em conta. Neste último ano verificou-se existir a necessidade premente de se impulsionar ainda mais todo esse processo, em torno de debates acerca da melhor forma de se assegurar uma distribuição equitativa de vacinas para a COVID-19, quaisquer que sejam os níveis de rendimentos dos Estados Membros. Há na realidade várias e diferentes medidas que podem ser implementadas a nível internacional e regional, podendo efectivamente levar ao melhoramento do acesso à terapêutica da COVID-19. Aos deputados, por sua vez, cabe o desempenho de papel preponderante para se garantir que tais medidas sejam implementadas a nível nacional.

4.0 OBJECTIVOS DA REUNIÃO CONJUNTA

Eis os objectivos principais das duas (2) Sessões da Reunião Conjunta agendada para 15 de Abril:

Sessão I

- i) Investigar e consciencializar os Membros do Fórum sobre o impacto da COVID-19 nos esforços envidados para se erradicar o Casamento Infantil dos países da Região;
- ii) Consciencializar e reforçar o conhecimento dos Membros do Fórum através da exibição de vídeos da série “Aguardar Antes de Casar” sobre o Casamento Infantil, com o objectivo de lhes aprofundar a compreensão da Lei Modelo, e
- iii) Oferecer a oportunidade aos Membros do Fórum de interagirem e de compartilharem ideias com os seus homólogos acerca da implementação de Legislação relacionada com o Casamento Infantil nos seus respectivos países.

Sessão II

- i) Discutir questões relacionadas com a emergente pandemia da COVID-19 através da objectiva de Flexibilidades TRIPS e discutir as opções disponibilizadas aos Estados Membros, e
- ii) Reforçar o papel dos deputados na promoção do acesso à terapêutica da COVID-19 (diagnósticos e vacinas).

5.0 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E RESULTADOS AGUARDADOS DESTA REUNIÃO CONJUNTA

Os objectivos específicos e resultados aguardados desta Sessão Conjunta são os seguintes:

- a) Investigar e consciencializar os Membros do Fórum sobre o impacto da COVID-19 nos esforços envidados para a erradicação do Casamento Infantil na Região;
- b) Consciencializar e reforçar o conhecimento dos Membros do Fórum através da exibição de vídeos da série “Aguardar antes de Casar” acerca da Lei Modelo sobre o Casamento Infantil, com o objectivo de aprofundar o seu conhecimento sobre a Lei Modelo, e
- c) Oferecer a oportunidade aos Membros do Fórum de interagirem e de compartilharem ideias com os seus homólogos sobre a implementação de legislação relacionada com o Casamento Infantil nos seus respectivos países;
- d) Compartilhar com os Membros do Fórum o que for de progresso assinalável nalguns dos Estados Membros da SADC quanto aos esforços destinados à revisão e implementação de Leis e políticas nacionais progressivas sobre Propriedade Intelectual/Patentes;
- e) Oferecer a oportunidade aos Membros do Fórum de interagirem com os seus homólogos e compartilharem ideias acerca das funções que desempenham actualmente e das que possam vir a desempenhar, em prol do melhoramento do acesso à terapêutica da COVID-19, nos seus respectivos países.

6.0 LOCAL E PARTICIPAÇÃO

Esta Reunião envolve Membros de todas as Comissões Permanentes do Fórum Parlamentar da SADC, designadamente: da Comissão Permanente de Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais; da Comissão Permanente da Democracia, Governação e Direitos Humanos; do Grupo Regional de Mulheres Parlamentares; da Comissão Permanente da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais; da Comissão Permanente do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento, e da Comissão Regional de Supervisão de Leis Modelo Parlamentares. Nesta Reunião participam também investigadores e parceiros de SDSR, sendo realizada em modo virtual pela via *Zoom* nas três (3) línguas oficiais do Fórum Parlamentar da SADC: Inglês, Francês e Português.